

REVISTA SICOOB

ANO 6 • ABR/MAI/JUN 2015

#22

UMA REVISTA DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL

Prosperidade no campo

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, trabalha pelo aprimoramento da política agrícola, visando ao avanço do agronegócio, e conta com a força do cooperativismo



Carlos Silva dos Santos

MERCADO

Cooperativa financeira é opção para quem busca juros baixos e rentabilidade nos investimentos

EDUCAÇÃO

Sicoob inaugura universidade corporativa voltada aos seus profissionais de todo o país

A mulher do agronegócio brasileiro

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, fala sobre como o cooperativismo vem contribuindo para o desenvolvimento do setor

Combativa, firme e obstinada. Essas são algumas características da reconhecida defensora do agronegócio brasileiro Kátia Abreu, que vem abrindo caminhos para a mulher no campo e na política. Precursora no setor, ela tornou-se a primeira mulher a presidir a bancada ruralista do Congresso Nacional e, desde janeiro de 2015, a assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Também é a primeira mulher a presidir, pelo terceiro mandato, a Confederação Nacional da Pecuária e Agricultura (CNA), entidade que representa 27 federações estaduais, 2.142 sindicatos rurais por todo o Brasil e mais de 1 milhão de produtores sindicalizados.

Nascida em Goiânia (GO) e formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Kátia Abreu começou a própria história no agronegócio





após uma tragédia familiar. Com a morte do marido, em 1987, ela, aos 25 anos de idade, se viu obrigada a assumir uma propriedade rural no antigo norte goiano, atualmente situado no estado do Tocantins. Mudou-se para a fazenda com dois filhos e grávida do terceiro, lá, aprendeu a lidar no campo e a defender os interesses do produtor rural.

Em pouco tempo de atividade no agronegócio, Kátia Abreu já estava à frente do Sindicato Rural de Gurupi, terceira maior cidade do Tocantins, e, logo depois, assumiu a presidência da Federação da Agricultura e Pecuária daquele estado, cargo que exerceu por quatro mandatos consecutivos, entre 1995 e 2005. Recentemente, esteve reunida com líderes cooperativistas e conheceu de perto os números do segmento, sobretudo do cooperativismo financeiro. Na entrevista a seguir, a ministra fala de suas prioridades à frente da pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos desafios do agronegócio brasileiro e da importância do cooperativismo financeiro para o país.

REVISTA SICOOB: A senhora recebeu da presidente Dilma Rousseff a missão de "revolucionar" a pasta e o setor. Como fazer isso?

Vamos fazer um ministério sem papel. Já concluímos quase todos os 4,9 mil processos que estavam parados e vamos apresentar novos procedimentos, sem privilégios para ninguém. Também lançamos o 1º *Plano Nacional de Defesa Agropecuária*, no início de maio, que mostra para o mundo que o Brasil prioriza a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários. Estamos trabalhando também no desenvolvimento de uma lei agrícola, com longa duração, à semelhança da Farm Bill, dos Estados Unidos (EUA), e da Política Agrícola Comum (PAC), da União Europeia (EU). Vamos fazer grandes aprimoramentos na política agrícola, fortalecendo os mecanismos de seguro e de proteção de renda do produtor. Queremos iniciar o processo de mudança na política agrícola, saindo do apoio governamental, via crédito de custeio com taxas preferenciais, para o apoio ao seguro e à proteção de renda. Será uma grande revolução.

Qual é a imagem atual que os brasileiros têm dos produtores rurais? Mudou muito ao longo dos últimos anos?

Trabalhar a imagem do produtor rural junto ao consumidor urbano sempre será necessário. É um trabalho que o Mapa e as entidades do setor precisam fazer diuturnamente, porque ainda há grande desconhecimento. O consumidor, muitas vezes, não percebe que o agronegócio brasileiro tem elevado nível de tecnologia, gera cada vez mais empregos de qualidade, contribui para a conservação ambiental e para a redução da emissão de gases de efeito estufa e, muito importante, promove o desenvolvimento regional nos lugares do Brasil onde os setores industriais e de serviços ainda não se desenvolveram.

O agronegócio continuará sendo protagonista da economia em 2015?

Todos nós conhecemos a força do agronegócio nacional, e a equipe econômica jamais permitiria que ele fosse prejudicado. A agricultura é um setor que responde rápido às questões da economia. A presidente Dilma



Rouseff está empenhada em ajudar a agropecuária, e o ministro Joaquim Levy (da Fazenda) tem enorme abertura para conhecer e dar prioridade ao setor. Temos um espaço interessante de diálogo, e estou confiante em que a agricultura responderá rapidamente e à altura do que a economia brasileira necessita. Tanto com relação ao crescimento econômico quanto ao comércio exterior, acreditamos que o agronegócio continuará sendo protagonista em 2015. Estimamos em US\$ 81 bilhões de saldo no agronegócio, ao passo que os demais setores da economia deverão ter saldo negativo, ao redor de US\$ 77,5 bilhões. O PIB do agronegócio deverá crescer 1,16%, em 2015, contra uma retração de 1,18% na economia como um todo.

Os preços das *commodities* de alimentos estão em queda. A senhora acredita em uma alteração no volume das exportações?

Temos um altíssimo potencial para aumentar nossas exportações de produtos agropecuários se removermos

“ **Tanto com relação ao crescimento econômico quanto ao comércio exterior, acreditamos que o agronegócio continuará sendo protagonista em 2015, com PIB que deverá crescer 1,16%, em 2015, contra uma retração de 1,18% na economia como um todo** ”

as barreiras nos nossos principais mercados. Ainda há várias restrições por parte dos países importadores de carnes, grãos e suco de laranja, por exemplo. O Mapa está empenhado em remover certas barreiras fitossanitárias que são utilizadas como instrumentos de proteção de mercados. Além disso, infelizmente, vários países com fortes setores agrícolas ainda utilizam medidas de apoio doméstico que afetam negativamente o fluxo comercial de produtos agropecuários.

A alta do dólar tem compensado essa queda dos preços?

Na média, pode-se dizer que, em 2015, a retração dos preços das *commodities* agrícolas está sendo compensada pela desvalorização do real frente ao dólar, proporcionando ao produtor a manutenção ou até mesmo a ampliação da renda recebida em reais, dependendo do produto em análise. No primeiro trimestre do ano, houve desvalorização cambial em torno de 19% na cotação do real frente ao dólar.

A soja em grãos, por exemplo, principal produto da pauta exportadora do Brasil, sofreu queda nas vendas externas no período, quando comparada ao primeiro trimestre de 2014. Contudo, há previsão de crescimento da produção para este ano (8,3%), o que favorece a ampliação das vendas externas do produto ao longo dos próximos meses. O ajuste de preços mundiais das *commodities* agrícolas já ocorreu. Em termos médios, eles estão mais baixos do que no ano passado, mas, comparando o último trimestre do ano passado com o primeiro deste ano, observamos que a queda de preços já parou de ocorrer. A única exceção são os preços do açúcar, que ainda estão em queda.

Estamos projetando exportações do agronegócio, para 2015, em US\$ 94,8 bilhões, 2% menores do que no ano passado. No entanto, quando calculamos a quantidade, observamos que os volumes vão crescer em 3%. A redução das exportações é explicada por uma queda média projetada de 8% nos preços.

O orçamento da Agricultura sofrerá com o ajuste fiscal? Até que ponto as

medidas de cortes nos subsídios irão impactar o Plano Safra, sobretudo nas taxas de juros?

O que está estabelecido e garantido pela presidente Dilma Rousseff é que recursos de custeio não irão faltar para o produtor. Ajuste em termos de juros é normal, devido ao aumento dos juros gerais no país, mas não faltarão recursos para implementar a safra.

Nos programas de investimento, o ministério continuará priorizando também o Moderfrota, o Programa ABC, o Inovagro, o Pronamp e o Programa de Armazenagem. Com relação à política agrícola, apenas o Seguro Rural será afetado pelo ajuste fiscal. O Plano Agrícola e Pecuário não será afetado pelo ajuste. Os recursos para custeio, investimento e comercialização, fundamentais para financiar a safra 2015/16, originam-se, sobretudo, dos depósitos à vista e da poupança rural. Os recursos de equalização, ou seja, o subsídio dado pelo Tesouro para cobrir a diferença entre o custo de captação do recurso e a taxa na qual ele é emprestado, podem ser reduzidos para os patamares de 2013. No entanto, o montante de recursos controlados, ou seja, com juros fixos, deverá ser o mesmo

“ Cerca de 20% do crédito de custeio geral (R\$ 57 bilhões na safra 2014/15, ou seja, R\$ 12 bilhões), foram tomados por cooperativas ”

do ano passado, sem redução. Haverá algum aumento na taxa de juros. Haverá redução nos montantes de investimento, decorrente da queda de captação de recursos em depósitos à vista e poupança, mas estamos garantindo os volumes de custeio, mais relevantes num ano de ajuste. Além disso, grandes investimentos foram realizados nos últimos anos, indicando que uma redução no investimento em 2015/16 não deverá afetar o desempenho da safra. Um dado interessante, que corrobora isso, é



a venda de máquinas e equipamentos agrícolas no governo Dilma. Desde que a presidenta assumiu o governo, a venda de máquinas agrícolas saltou de cerca de 42 mil unidades para quase 70 mil na safra 2013/2014.

Recentemente, a senhora esteve reunida com líderes cooperativistas e pôde conhecer de perto os números do segmento, principalmente os do cooperativismo financeiro. O fomento ao cooperativismo deve estar na agenda do governo?

O fomento está na agenda do governo federal. Não se pode ignorar as mais de mil cooperativas financeiras do país. Elas tiveram o volume de ativos incrementado em 22% face aos 14% do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em 2014. O bom desempenho também aconteceu com o patrimônio líquido, com os depósitos, com as operações de crédito e com os resultados. Além disso, o cooperativismo contribuiu para a inclusão financeira de cidadãos e de micro e pequenos empreendedores em todo o país, especialmente em 560 cidades onde não há nenhum outro banco comercial ou público. Nesses locais, o empreendimento cooperativo é a única opção.

Inicialmente, o cooperativismo financeiro surgiu para atender as necessidades do homem do campo e, somente anos depois, chegou a outros setores da economia. O que o Ministério da Agricultura pode fazer para que um número maior de produtores rurais conheça e utilize os produtos e serviços das cooperativas financeiras?

Ao longo da história do Mapa, o cooperativismo, inclusive o financeiro, sempre teve o seu apoio. Existe um departamento específico sobre o cooperativismo na estrutura organizacional do Mapa, desde 1984, que hoje se chama Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop). O Mapa apoiou a concepção do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e do Programa de Reestruturação das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop). Também incentivou os estudos iniciais dos programas de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias e de Crédito, o Procap Agro e o Procap-Cred, entre outras iniciativas para o setor. O Mapa, com apoio do Denacoop, fornece aos produtores

informações legislativas e cartilhas educativas para a multiplicação sustentável de mais cooperativas e de melhoria econômica dos produtores rurais. Tem estudado as demandas do setor na expectativa de gerar políticas públicas, sempre com o foco de fazer com que os produtores melhorem sua expectativa de vida e de renda.

Qual é o papel do crédito para o fomento da agricultura e pecuária no país? Nesse sentido, como as cooperativas financeiras contribuem para o desenvolvimento do setor?

Se entendermos o crédito para fomento como os financiamentos para custeio, investimento e comercialização, não há discussão sobre sua relevância. No caso de custeio, estimamos que o crédito rural represente 33% de toda a demanda por financiamento na agropecuária, sendo os demais divididos em capital próprio e recursos de mercado. No caso do crédito rural, as cooperativas financeiras, como tomadoras, são extremamente importantes. Cerca de 20% do crédito de custeio geral (R\$ 57 bilhões na safra 2014/15, ou seja, R\$ 12 bilhões), foram tomados por cooperativas.



Ao assumir o ministério, a senhora anunciou que uma de suas prioridades é promover a ascensão de milhares de pessoas da classe D para a classe C no meio rural? Como fazer isso?

O quadro atual dessas famílias rurais é de imensa pobreza e dispersão da renda, situação que o ministério pretende reverter, garantindo produtividade e corrigindo imperfeições de mercado. Vamos estimular a independência financeira desses produtores. Não queremos ilhas de prosperidade no campo, queremos um continente de prosperidade. A assistência técnica e a extensão rural serão o fio condutor da tecnologia, do ensino e do conhecimento. Vamos priorizar a qualificação profissional, ensinando a gestão, o associativismo e o cooperativismo. Queremos corrigir as imperfeições de mercado, já que são produtores que compram mal e vendem mal, porque compram pouco insumo e por preço alto. Se eles estiverem agrupados, comprarão melhor esses insumos, com preços mais em conta. Com isso, pretendemos que esses produtores das classes mais baixas se tornem independentes financeiramente, para tomarem decisões por conta própria e terem sua renda aumentada. Diferentemente das cidades, que contam com 50% de sua população na classe média, o campo tem apenas 16% de produtores nessa faixa de renda. O que está faltando para eles são oportunidades para assegurar a produção de forma sustentável. O programa voltado para a classe média rural visa aumentar a renda das pequenas propriedades, por meio de assistência técnica e extensão, democratização da tecnologia e, principalmente, de correção das imperfeições de mercado que impedem os pequenos produtores de crescer. Eles geralmente não

têm competitividade, porque pagam caro pelos insumos e vendem a preços baixos seus produtos.

Uma parte da safra se perde pelo caminho durante o escoamento, por deficiências na infraestrutura. O que pode ser feito num curto prazo para evitar esse desperdício e o que está ao alcance do Ministério da Agricultura?

Os grãos agrícolas que são transportados adequadamente, em veículos apropriados, não sofrem perdas expressivas, mesmo quando enfrentam vias de tráfego mais complicado. Entretanto, o Mapa entende que, mesmo pequenas, as perdas devem ser evitadas. Com a modernização da frota de caminhões e dos vagões ferroviários, já é possível verificar uma melhoria na etapa de transporte, o que esperamos que seja aprimorado nos próximos anos, com a reforma e a adequação de rodovias e a ampliação da malha ferroviária.

A insegurança jurídica é o que mais atrapalha os negócios no campo? Quais as medidas que deverão ser tomadas para dar mais competitividade ao agronegócio brasileiro?

As duas grandes fontes de insegurança jurídica no campo hoje se referem às questões de segurança no trabalho e fundiárias (ausência de título da terra). São diversos os casos de produtores que tiveram dificuldades com o Ministério Público e com o Ministério do Trabalho, por terem sido objeto de denúncias de falta de segurança no trabalho, o que pode levar a uma situação caracterizada como trabalho análogo ao escravo, gerando grande insegurança. Os dois casos, na realidade, estão fora da alçada do Mapa. No entanto, o ministério está sensível a esses temas e sempre alerta os demais órgãos do governo e o Congresso Nacional sobre as questões de insegurança jurídica. ●

